

FONTES PARA UMA ESCRITA HISTÓRICA SOBRE A PONTE HERCÍLIO LUZ

Hellen Martins Rios¹

Prefeitura Municipal de São José

RESUMO: Neste ensaio foram abordadas as formas de acesso aos acervos e os processos de levantamento de fontes históricas para a elaboração de uma escrita histórica sobre a ponte Hercílio Luz (Florianópolis, Santa Catarina), que deu origem a uma dissertação de mestrado em História. A Ponte Hercílio Luz é uma estrutura metálica de tecnologia pênsil com barras de olhal e é também patrimônio cultural do município, do estado e da união. A pesquisa foi realizada em acervos públicos e privados, como bibliotecas, arquivos públicos, sítios eletrônicos e arquivos pessoais, onde foi possível encontrar documentos relativos aos tombamentos, legislações municipais, estaduais e federais, jornais estaduais, entrevistas orais e pesquisas acadêmicas.

PALAVRAS-CHAVE: Ponte Hercílio Luz. Florianópolis. Fontes Históricas. Arquivos.

ABSTRACT: In this essay, it was possible to discuss the ways of access to the collections and the processes of acquisition of historical sources for the elaboration of a historical writing about the Hercílio Luz bridge (Florianópolis, Santa Catarina), which gave rise to a Master's thesis in History. The bridge is a metal structure of suspension technology with eyelet bars and it is also cultural heritage. The research was carried out in public collections and private collections, such as the libraries, public archives, websites and personal archives, where it was possible to find documents about historic landmarks, municipal, state and federal laws, state newspapers, oral interviews and academic research.

KEYWORDS: *Hercilio Luz Bridge. Florianópolis. Historical Sources. Archives.*

¹ Mestra em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (2016); licenciada e bacharela em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2012). Professora de História do ensino fundamental II na rede pública de ensino da Prefeitura Municipal de São José.

FONTES PARA UMA ESCRITA HISTÓRICA SOBRE A PONTE HERCÍLIO LUZ

Hellen Martins Rios

No sul do Brasil, em Santa Catarina, ligando a porção continental e a porção insular de Florianópolis, existem três pontes. A primeira que foi construída, ponte pênsil com barras de olhal, é chamada de ponte Hercílio Luz. Ela se insinuou² como objeto de pesquisa para a elaboração de minha dissertação de mestrado em 2013, quando fiquei instigada pelas recentes reportagens que indicavam seus problemas estruturais. Ela era protagonista, cotidianamente, de jornais estaduais que indicavam que ela poderia ruir a qualquer momento, pois sua restauração era difícil de ser realizada, principalmente por ter a estrutura pênsil com barras de olhal e porque ela compunha – e compõe – as coleções patrimoniais do município, do estado e da união. Este tom dos jornais reverberava de forma ambígua: por um lado, em exaltações de sua simbologia para a cidade e o estado, e sua identificação como cartão postal e patrimônio cultural nos três níveis de preservação; por outro, em negações sobre sua manutenção, com o argumento de que a cidade precisava de uma ligação nova e útil entre Ilha e Continente.

A ponte Hercílio Luz, construída no início do século XX, foi tombada nos três níveis de preservação no final daquele século, entre as décadas de 1980 e 1990. Sua constituição patrimonial e valorativa foi resultado de uma construção de valor desde sua inauguração nos imaginários social e político local. Porém, quase cem anos depois da inauguração e quase vinte anos depois das oficializações dos tombamentos, a memória de alguma forma se atualizou e a indagação parece inevitável: Afinal, ela é um patrimônio para ser preservado ou para ser destituído? Criada como monumento republicano, como ícone de modernidade e legado do governador Hercílio Luz, foi tombada, mas acabou, com os anos, tendo seu estatuto patrimonial questionado. Ela pode ser identificada, portanto, como um ícone controverso para a cidade e para o estado.

Neste ensaio, procuro explorar o levantamento de fontes que foram necessárias para o trabalho historiográfico que resultou na dissertação, que visou identificar, pelo menos, três processos de patrimonialização da ponte Hercílio Luz: um constituído pela

² Referência a José Reginaldo Gonçalves (2007, p.216), que indica que o passado “se insinua, à nossa revelia, em nossas práticas e representações.”

historiografia catarinense, que construiu um patrimônio “implicitamente tombado”; outro visto nas instituições de preservação municipal (Florianópolis), estadual (Santa Catarina) e federal (Brasil), que legitimou o patrimônio oficialmente tombado; e outro, ainda, nos discursos políticos (institucionalizados ou não), que se mobilizaram para consolidar as homologações dos tombamentos da ponte Hercílio Luz. A partir destes processos foi possível identificar as forças conflitivas políticas, sociais e de representatividade nos imaginários que possibilitam refletir sobre a atualização da memória sobre a ponte Hercílio Luz vista atualmente.

Desta forma, foram pelo menos quatro grupos para investigar, situação que é de alguma forma comum à pesquisa em patrimônio, porque “O estudo do patrimônio é um campo que, de forma “gulosa”, se serve de tudo o que estiver disponível – das cartas aos prédios, da literatura a um bairro inteiro – e que for capaz de representar a dinâmica da história.” (MARTINS, 2009, p. 281). A ponte, neste sentido, foi objeto de pesquisa, mas também foi documento, pois foi primordial que sua estrutura fosse analisada e as representações da ponte fossem entendidas para também entender os processos. Conforme indicou Karnal e Tatsch (2009, p.13), o documento “não tem importância em si, eterna e imutável, mas é um *link* que estabelecemos com o passado”. Partindo do princípio de que é o presente que dá sentido aos fatos, aos sujeitos históricos, aos objetos e aos documentos, a nova situação memorial da ponte foi o ponto de partida para a análise realizada.

Fiz, então, um percurso grande em diversos acervos para conseguir as fontes que me responderiam sobre esses processos de patrimonialização – e à medida que ia montando o quebra-cabeças, novas lacunas se formavam e me indicavam novas direções para fechá-las. Utilizei um substancial *corpus* de fontes: as documentais, que se dividiam entre fontes bibliográficas, periódicos estaduais, processos de tombamento, documentos de acervos particulares e documentos oficiais relativos à Assembleia Legislativa e à Câmara de Vereadores; e as fontes orais, que foram produzidas num total de 12 com os agentes dos processos de tombamento e do processo historiográfico de construção do ícone.

Pelos arquivos públicos, tive acesso aos processos de tombamento municipal, estadual e federal – os documentos que me dariam orientação para o restante do trabalho. Percorri, portanto, os Arquivos do Sephan/Ipuf (Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município / Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis), da Diretoria de Patrimônio Cultural – FCC (Fundação Catarinense de

Cultura) e do Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Posteriormente, a partir dos primeiros documentos, novas questões apareceram e novas pesquisas foram necessárias, desta vez, nos Arquivos da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina (Casa da Memória), do Estado de Santa Catarina, do município de Florianópolis e da Câmara de Vereadores de Florianópolis.

Frequentei com periodicidade as Bibliotecas Universitárias Federal (UFSC) e Estadual de Santa Catarina (UDESC) para levantar pesquisas já realizadas sobre a ponte, a cidade e o estado e a Biblioteca do Estado de Santa Catarina, onde, além dos trabalhos, me dediquei em pesquisar os jornais das pastas “Ponte Hercílio Luz” da Hemeroteca. Utilizei também as legislações referentes à salvaguarda patrimonial e à criação das instituições responsáveis nas três esferas (o decreto lei federal 25/37, a lei municipal 1202/74 e a lei estadual 5689/80), encontradas nos sítios eletrônicos das respectivas áreas legislativas³. Outros documentos foram ainda encontrados no Setor de Obras Raras da Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e no Arquivo do Gabinete de Esperidião Amin Helou Filho, relativo ao Senado Federal e nos acervos particulares de Norberto Ungaretti Jr. e Luiz Galvão.

Nas próximas páginas, abordarei com mais detalhes todo o processo de levantamento das fontes que considerei necessárias para a escrita de mais esta História sobre a Ponte Hercílio Luz.

Percorrendo coleções de livros: as bibliotecas

Antes de propriamente adentrar nos arquivos, a pesquisa bibliográfica foi de suma importância para conhecer o objeto de pesquisa no qual me propus trabalhar. A intenção foi a de angariar o máximo de trabalhos que pudessem me fazer entender as concepções sobre a ponte, os processos burocráticos e práticos de sua construção e inauguração, os interesses políticos, econômicos e de poder envolvidos, os discursos políticos e sociais que a englobavam. Conforme indicou Gonçalves (2007), os patrimônios culturais não nascem como tal, mas são construídos como tal, e a ponte Hercílio Luz, antes de toda a simbologia, é um equipamento de passagem. Foi neste

³ “Portal de Legislação – Governo Federal”. Disponível em <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>> Acesso em 15 maio 2016; “Legislação – ALESC”. Disponível em <http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/legislacao> Acesso em 15 maio 2016; “Legislação – Câmara Municipal de Florianópolis <<http://www.cmf.sc.gov.br/legislacao>> Acesso em 15 maio 2016.

processo de imersão nas Bibliotecas Universitárias Federal e Estadual que foi possível identificar uma gama de trabalhos elaborados entre as décadas de 1970 e 2010 que – entre narrações, enaltecimentos, descrições, críticas e reflexões – possibilitaram que eu identificasse as construções dos imaginários social e político sobre a Hercílio Luz durante os séculos XX e início do XXI. Felizmente as bibliotecas disponibilizam a maioria das dissertações, teses e trabalhos de conclusão de curso em plataforma *online*, o que facilitou muito o trabalho de levantamento de bibliografias, pois pude pesquisar por palavras chave e autores específicos.

Por ser esse ícone representativo da cidade, do estado, de um tipo de governo e corroborado pela historiografia catarinense, a ponte tem um espaço considerável em escritas históricas relativas à História política, econômica, social e cultural de Florianópolis e Santa Catarina. Sua localização, ligando a Ilha e o Continente é também sensível ao grande problema histórico e atemporal da cidade de Florianópolis, que é a mobilidade urbana. De antemão, portanto, a ponte Hercílio Luz, tem uma carreira – e uma biografia (KOPYTOFF, 2008) diferente das demais pontes, pois já nasceu com uma carga simbólica, como um ícone da modernidade e se tornou um monumento histórico, a partir das instituições de preservação. Foi a partir das representações – entendidas como determinadas por interesses de grupos que as forjam (CHARTIER, 1991) – que o valor simbólico da ponte foi construído socialmente através dos periódicos estaduais do início do século XX e legitimado pela historiografia.

A fim de comprovar esta construção, as pesquisas acadêmicas e as produções de historiadores catarinenses selecionadas exaltavam a etapa de vida de auge da ponte, a qual é localizada no início do século XX e nas ações do governador Hercílio Luz. Os jornais, como produtores de discursos, imaginários e memórias, são os que destacam a vida e as obras de Hercílio Luz nestas publicações. Bem como as produções historiográficas elaboradas por historiadores ligados às instituições criadas nesse período, como o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e a Academia Catarinense de Letras. Tudo isso contribuiu para a produção de uma historiografia que legitimasse a identidade regional, relacionando-a aos governos estaduais.

A Hemeroteca da Biblioteca Pública de Santa Catarina também foi local de bastante pesquisa para a dissertação, pois os jornais estaduais das décadas de 1980, 1990 e 2000 utilizados foram pesquisados lá. Para fazer esta pesquisa não foi necessário prévio agendamento e o acesso é aberto ao público interessado. Nesta coleção foi possível pesquisar em pastas que continham reportagens pré-selecionadas

sobre a Ponte Hercílio Luz, um trabalho elaborado por funcionários da biblioteca, que iam selecionando reportagens nos jornais que a biblioteca recebia diariamente. Neste sentido, é uma coleção elaborada com a intenção de juntar o maior número de reportagens possíveis sobre este objeto de importância estadual, porém sem uma organização prévia. Não havia uma garantia de ser uma “coleção completa”, embora seja entendido que uma coleção jamais é total, pois prioriza alguns aspectos em detrimento de outros.

Cabe indicar que por algum tempo durante a década de 1990 e 2000 os principais jornais estaduais dedicavam matérias especiais sobre a ponte no dia 13 de maio, dia de aniversário de sua construção. Assim, após ler as reportagens existentes lá, cada reportagem considerada útil para a pesquisa foi fotografada com o auxílio de uma máquina fotográfica digital. Além da Hemeroteca, que contém outros títulos, a Biblioteca dispõe de um extenso acervo de jornais estaduais, identificados por ano e nome, cujo acesso é irrestrito de acordo com o horário de funcionamento do setor da biblioteca. Neste setor também pesquisei alguns jornais da década de 1970, 1980 e 1990, levando em conta datas chave, como dia de aniversário e datas de interdições.

Percorrendo os arquivos: entre os públicos e os privados

Os processos de tombamento foram os primeiros documentos procurados para a elaboração da dissertação, principalmente porque a partir deles seria possível identificar narrativas e representações simbólicas sobre a ponte enquanto um patrimônio cultural. Neste sentido, primeiramente levantei a documentação presente no Arquivo do Iphan, que se tratava dos documentos do processo federal. Depois, da documentação do processo estadual, presente na Diretoria de Patrimônio Cultural da Fundação Catarinense de Cultura e, finalmente, do processo municipal no Arquivo do Sephan/Ipuf.

As pesquisas nesta etapa do trabalho foram bastante distintas em cada um dos acervos, o que, de alguma forma, traduz as dificuldades e particularidades que o pesquisador pode ter em arquivos públicos. No primeiro contato com o Iphan, foi-me disponibilizado apenas metade do processo para a pesquisa, pois a outra metade estava reservada para higienização, processo imprescindível para a manutenção da documentação, embora demorado. Por algum tempo, considerei que teria apenas uma

metade do processo para pesquisar. Pude obter o processo completo, composto por cinco volumes de arquivos, apenas um ano depois, quando, além de higienizado, o processo estava disponível em plataforma online – uma grande facilidade, pois as demais pesquisas foram feitas basicamente com o auxílio da máquina fotográfica digital, com a qual eu digitalizava página por página dos processos.

A Fundação Catarinense de Cultura, por sua vez, disponibilizou abertamente o acervo que estava junto ao Conselho Estadual de Cultura e junto à Diretoria de Patrimônio Cultural, após o preenchimento do “Termo de Responsabilidade pelo uso e reprodução de documentos” e prévio agendamento de visita informando o tema a ser pesquisado no arquivo. Pude, então, pesquisar as atas das reuniões do Conselho Estadual de Cultura e todo o processo de tombamento estadual na Fundação Catarinense de Cultura, a partir da digitalização também através da máquina fotográfica.

Já o Sephan/Ipuf foi o arquivo de mais difícil acesso. Dois foram os motivos para esta dificuldade. Primeiro, a necessidade prévia de Carta de Intenções, que deveria ser elaborada e assinada pela orientadora da pesquisa e que deveria ter o consentimento da Direção do Instituto, etapa que demandou algum tempo entre a elaboração da Carta, a entrega e o consentimento do Instituto. Este passo visou indicar o motivo da pesquisa e a ligação com a instituição de ensino. Segundo, a realização do trabalho de pesquisa em meio ao expediente normal do setor e sob a orientação dos próprios funcionários. Porém, uma vez com acesso ao Arquivo, foi-me possibilitado pesquisa em qualquer pasta necessária e também no Livro Ata, onde pude observar, por exemplo, que houve um pedido anterior ao homologado, que fora rejeitado – o qual não estava disposto no processo oficial.

A valoração patrimonial oficial garantida pelos tombamentos institucionais aconteceu na década de 1990, porém a partir das pesquisas nos processos, observou-se que os processos que visavam ao tombamento se iniciaram em meados da década de 1980, tendo em vista que o tom simbólico e patrimonial havia se intensificado quando a obsolescência técnica e física da ponte foi mais alarmada, a partir da queda da Silver Bridge nos EUA na década de 60. Após a construção da nova ponte, Colombo Salles, e a interdição da ponte Hercílio Luz em 1982, a saída encontrada nos meios políticos e alarmada pelos periódicos foi a de tornar a “ponte velha” um monumento histórico, instituição dada pela proteção patrimonial que lhe conferiria legitimamente outro status na cidade. Assim, a ponte interditada que já era considerada

um lugar de memória, se tornaria legitimamente um lugar de memória. Ou seja, se tornaria um semióforo⁴, objeto que perde sua utilidade, mas mantém seu significado a partir de discursos produzidos pelas instituições de preservação.

Inseri-la na coleção patrimonial, por sua vez, necessitaria para os institutos observar suas características e sua representatividade, em consonância com as estratégias de preservação das instituições e as leis que regem as ações de proteção, sobretudo porque ela foi solicitada a compor as três coleções – federal, estadual e municipal. A fim de identificar, portanto, a valoração institucional, foi necessário ler os processos atentando para as políticas de tombamento, por se tratar da preservação de um bem material. Atentei também para as legislações, que são importantes marcos para a composição do campo patrimonial nas três esferas, mas são passíveis de interpretações diversas de acordo com o interlocutor ou a política patrimonial. Neste sentido, não se tratou de elencar aspectos da ponte que estariam em consonância com as legislações, mas de, a partir delas, observar as estratégias de preservação das três instâncias e em que medida a ponte comporia a coleção patrimonial da nação, pelo Iphan, do estado, pela FCC e do município, pelo Sephan/Ipuf.

As bibliotecas universitárias foram novamente importantes para a pesquisa em livros, teses e dissertações sobre as políticas de tombamento de acordo com os variados períodos políticos nas três esferas. Neste sentido, a bibliografia novamente foi tratada como fonte, neste caso, fonte bibliográfica.

As legislações utilizadas foram pesquisas via internet. Atualmente, elas compõem acervo online nos sítios eletrônicos do Planalto, da Assembleia Legislativa de Santa Catarina e da Prefeitura Municipal de Florianópolis. Em plataforma online, o acesso é bastante facilitado através de buscas pelas palavras chave, anos ou números das leis. É disponibilizada, ainda, a opção de download das leis selecionadas, facilitando ainda mais a pesquisa e a catalogação.

Desta forma, a partir principalmente dos processos foi possível identificar outros atores, para além dos coletivos “historiografia”, “Instituto de Preservação” e “Conselhos”. Pelos processos foi possível identificar que apesar de haver a aceitação por parte das justificativas patrimoniais, o processo em si, até a homologação, mobiliza mais setores que apenas as Instituições de Preservação. Neste caso, as mobilizações políticas foram decisivas, tanto na forma institucional – a partir de senadores, vereadores, deputados e prefeitos – quanto na forma de Fundações e Associações

⁴ Referência ao texto “Coleção” de Pomian.

civis. Por isso, a valoração em nível político foi também imprescindível para estudar estes processos, sobretudo porque os três pedidos de tombamento vieram de instituições políticas (Câmara, Prefeitura e Assembleia) e as homologações tiveram apoio de instituições civis e políticas. Nesse sentido, importou pensar que os patrimônios culturais têm funções na sociedade, dentre elas: função afetiva (relativa à identificação), função econômica e função política, conforme indica a antropóloga Elsa Peralta (2009).

As influências políticas, de gestão patrimonial da cidade e a problemática da restauração a partir da obsolescência física e técnica da ponte foram então decisivas para a finalização dos processos. Assim, procurei acesso ao Arquivo da Câmara de Vereadores de Florianópolis, pois a solicitação de tombamento municipal havia sido encaminhada a partir da ex-vereadora Jalila El Achkar. O Arquivo da Câmara disponibiliza pastas identificadas nominalmente pelos vereadores das legislaturas, onde é possível encontrar diversas Indicações, Requerimentos e Ofícios discutidos e encaminhados na e da Câmara – um acervo bastante completo sobre os determinados vereadores. Busquei também o Centro de Memória da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, pois a solicitação de tombamento estadual havia sido encaminhada por um grupo de deputados estaduais; e ainda no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, onde procurei por planos de governo estaduais que pudessem indicar ações relativas à ponte, enquanto patrimônio cultural ou enquanto equipamento viário, e no Arquivo Público de Florianópolis. Nos últimos dois arquivos – Público do Estado e Público de Florianópolis – houve certa dificuldade em conseguir documentação útil, principalmente no segundo, pois as documentações relativas às últimas décadas do século XX não estavam higienizadas e organizadas, e, assim, não estavam disponíveis para pesquisa. Já no Arquivo do Estado, alguns títulos indicados na catalogação não existiam *in loco*.

Também tive acesso a acervos privados para a elaboração da dissertação, somando três no total. O acesso a eles não foi tão abertamente disponível como os dos arquivos públicos, pois eu desconhecía suas existências. Foi a partir das entrevistas que realizei que os próprios entrevistados me indicaram algumas documentações de que eles dispunham. Ou seja, o acesso a estes documentos dependia da disposição de seus respectivos proprietários para a publicização. Esperidião Amin Helou Filho dispunha de uma pasta relativa a suas ações no senado federal, enquanto ocupava lá uma cadeira eletiva, na década de 1990. Dentre as ações, estavam as movimentações

junto a ministros e ao então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, cuja intenção era o tombamento federal e a captação de recursos para a restauração. Norberto Ungaretti Junior dispunha de atas e audiovisuais gravados com reportagens e propagandas relativas à Fundação Pró-Florianópolis e as ações sobre o tombamento federal da ponte, e Luiz Gonzaga Galvão dispunha de folders e informativos mais genéricos sobre a Fundação. Todos eles permitiram que uma cópia dos documentos fosse feita por mim para a pesquisa e para acervo pessoal.

Cabe indicar que a formação destes acervos – sejam eles grandes ou pequenos, com ou sem intenção de ceder para pesquisa historiográfica – indicam a valoração dada por seus proprietários ao conteúdo ali existente. É de entendimento de todos eles, a importância da guarda destes documentos, fossem eles rascunhos, escritos a mão, sobre reuniões, gravações sem edição de reportagens ou documentos oficiais e informativos. Pareceu ser também de entendimento que nenhum deles dispunha de todo o material sobre os determinados assuntos, mas que o material que tinham compunham “sua verdade” sobre o assunto a partir da sua própria coleção.

Formação de um acervo privado

De alguma forma, para este trabalho, eu produzi um acervo privado, pois a produção de fontes também é legítima para a pesquisa historiográfica e ela pode ser realizada a partir de entrevistas com sujeitos históricos. Neste sentido, produzi doze fontes que foram essenciais para o encaminhamento das pesquisas. Para realizá-las, tomei como prerrogativa o entendimento de que as pessoas que aceitaram me concedê-la – doze pessoas no total – estavam cientes de sua participação, importância e atuação direta nos processos. As entrevistas foram agendadas previamente, com meus objetivos expressos e os termos de consentimento de uso, assinados. Tomei também como orientação que suas memórias estavam influenciadas pelo tempo decorrido entre o momento vivido e o lembrado e pelas memórias produzidas com o processo e os desfechos do tombamento, os quais estão relacionados principalmente ao processo de restauração. A internet foi uma grande aliada no contato com os entrevistados. Pude ter acesso a e-mails e telefones e marcar as entrevistas após pesquisas em plataformas de busca online e em redes sociais. Apenas não obtive

sucesso em duas buscas: um dos sujeitos deles não aceitou me conceder a entrevista e com o outro não tive contato.

A primeira entrevista foi realizada com a arquiteta Fátima Regina Althoff, autora da justificativa de tombamento da ponte Hercílio Luz em nível estadual e ligada à FCC, ainda em 2014. O roteiro da entrevista foi elaborado com as informações que eu já dispunha, relativas à própria justificativa, às legislações e às políticas de patrimônio. No ano seguinte, foi possível agendar uma entrevista com as arquitetas Betina Adams e Suzane Araujo, ligadas ao Sephan/Ipuf e autoras do *Memorial Descritivo Ponte Hercílio Luz*, que considerei a justificativa municipal de tombamento. Esta entrevista, que foi conjunta, possibilitou o entendimento de muitos processos municipais ligados às políticas de patrimônio. Ambas as entrevistas foram realizadas em seus locais de trabalho – FCC e Sephan/Ipuf.⁵ Por fim, o quarto engenheiro entrevistado foi Dalmo Vieira Filho, personagem ativo em nível municipal, estadual e federal, nas políticas de preservação patrimonial e que foi agente também nos processos estadual e federal da ponte Hercílio Luz.

A fim de entender mais tecnicamente o processo de “ruir” que a ponte passou e passava, contatei professores de engenharia mecânica da UFSC que estudaram e trabalharam nos processos de restauração da ponte em fins dos anos 1980 e 1990. O professor Berend Snoeijer solicitamente aceitou me conceder a entrevista. Ele foi autor de um parecer sobre a estrutura da ponte no fim da década de 1980, quando a proposta de estudo sobre a ponte foi negada pelo então Departamento de Estrada de Rodagem (DER) e é nome até hoje procurado, sobretudo pela mídia, para discutir a estrutura da Hercílio Luz. O professor foi bastante didático ao explicar os processos mecânicos e de engenharia com os quais a ponte se mantém e é exemplar no mundo, mas também se mostrou bastante cansado de tratar do assunto, que para ele, não tem mais solução. Silvia Puccioni, engenheira responsável por algumas vistorias da ponte na década de 1980, entrevistada no Rio de Janeiro, também considerou que o tombamento foi feito de forma ineficaz, pois o Iphan não dispunha de recursos e conhecimento técnico para manter e conservar a ponte Hercílio Luz.

No meio político, sobretudo porque a ponte pode também ser considerada um patrimônio político, conversei com Esperidião Amin Helou Filho, que era senador na década de 1990 e foi agente direto no processo de tombamento federal; com Edison Andrino, político eleito durante a década de 1980 e 1990, que atuou pelo patrimônio

⁵ Tentei também agendar uma entrevista com o autor do parecer federal, mas não foi possível.

municipal e auxiliou no federal; a ex-vereadora de Florianópolis e arquiteta Jalila El Achkar, autora da solicitação de tombamento municipal e atuante na preservação ambiental e patrimonial da cidade. Esperidião Amin, que atualmente é deputado federal foi contatado pelo seu gabinete. Ao entrar em contato e solicitar uma entrevista sobre o tombamento, fui atendida e agendada para a semana seguinte da solicitação. Esperidião Amin me concedeu uma entrevista breve, mas objetiva, e disponibilizou cópia de alguns documentos relativos ao processo da década de 1990, os quais ele mantém em acervo particular. A ex-vereadora Jalila El Achkar aceitou também a entrevista de forma bastante solícita e, em depoimento, permitiu que eu entendesse melhor todo o processo político pelo qual Florianópolis passava no fim da década e 1980 e 1990, principalmente em relação à proteção ambiental e patrimonial. Edison Andrino, cujo contato consegui ao encontrá-lo despretensiosamente em uma tarde andando no Mercado Público, confirmou muito do que Jalila El Achkar indicou em entrevista, pois o enfoque foi justamente sua atuação na Prefeitura Municipal em meados de 1980.

Também considerei interessante conversar com a historiadora aposentada e autora do primeiro trabalho acadêmico sobre a ponte Hercílio Luz no mestrado em História da UFSC, Djanira Maria Martins de Andrade. Através de uma entrevista previamente agendada pude produzir esta fonte, procurando saber sobre o processo de produção da dissertação e de sua participação no Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, para entender a valoração historiográfica sobre a ponte.

Entrevistei ainda Norberto Ungaretti Junior, ex-presidente da Fundação Pró-Florianópolis que atuou no tombamento federal e Luiz Gonzaga Galvão, que fundou a Pró-Florianópolis e atuou em Seminários sobre a Restauração da ponte. Norberto Ungaretti Junior, através de um depoimento, procurou percorrer, pela memória, os caminhos de meados da década de 1990, quando da formação da Fundação, seus motivos e objetivos, as ações desempenhadas sobre o tombamento da ponte Hercílio Luz e os desfechos alcançados. Seu reconhecimento sobre sua importância e de seus companheiros de Fundação foram notórias na entrevista. Ele também disponibilizou documentos relativos ao tombamento que dispunha em acervo particular, tanto os audiovisuais de entrevistas e propagandas da Fundação, gravados por ele, quanto documentos escritos e atas de reunião. Luiz Gonzaga Galvão, de forma similar, também prestou um depoimento sobre o processo e a Fundação Pró Florianópolis, disponibilizando folders e informações oficiais sobre objetivos e membros da Fundação.

Não houve resistência alguma por parte dos entrevistados em conceder as entrevistas e depoimentos. Após o primeiro contato feito, basicamente via online e por telefone, pude agendar as entrevistas e realizá-las sem maiores problemas. Neste sentido, a fonte oral se mostrou bastante receptiva à proposta de trabalho. A temática, por sua vez, pode ter auxiliado nesta recepção, pois, conforme pude notar, movimentou emoções, pelo reconhecimento da importância dos testemunhos destes sujeitos históricos sobre este bem patrimonial.

A partir destas entrevistas, formei um acervo pessoal com fontes históricas sobre esta temática. Assim como as demais coleções, trata-se de um acervo de tema e interesse seletivo, cujos sujeitos selecionados. Este acervo, porém, não permite acesso a outras pesquisas, pois para a liberação do acesso é necessária a autorização dos entrevistados, a qual não disponho.⁶

Considerações Finais

Cada uma das fontes pesquisadas foi tomada com importância para este trabalho, pois, conforme Karnal e Tatsch (2009, p. 21) “o documento atinge valor pela teia social que o envolve e pelo que revela de mais amplo de uma época e de uma sociedade.”. Neste sentido, não houve preferência por uma em detrimento de outra. Iniciei pelas fontes documentais, já que o acesso a elas era mais fácil, além de ser necessário o estudo aprofundado sobre os trâmites para me debruçar sobre outras fontes.

Conforme indiquei no início deste ensaio, a ponte Hercílio Luz é um ícone controverso. As fontes documentais escritas, orais, oficiais, legislativas possibilitaram a construção de narrativas que indicam determinada dinâmica histórica deste patrimônio, a qual tem construção permanente na sociedade. Esta característica, a qual permite que o olhar sobre o documento e o objeto seja temporal, também influencia na memória que se tem sobre a ponte Hercílio Luz. O patrimônio deve ressoar na sociedade, e a imagem que a população tem do monumento é variável de acordo com os períodos e as conjunturas nas quais aquele patrimônio age e é atingido pelas dinâmicas sociais.

⁶ A autorização se deu apenas para uso das entrevistas neste e em outros trabalhos relativos a ele de minha autoria.

É possível concluir que as bibliotecas públicas são as coleções de mais fácil acesso para as pesquisas, pois têm acesso livre ao público e dispõem de uma gama de títulos em plataforma *online*, sendo que alguns deles, inclusive, são disponibilizados também para *download*. Os jornais, de forma semelhante, são item diário de grande parte da população. O fato de haver uma Hemeroteca e um acervo de jornais higienizados para a pesquisa faz desta fonte uma das mais democráticas para identificar a construção dos imaginários locais.

Os arquivos públicos e privados pesquisados neste trabalho tiveram suas dinâmicas de acesso diferentes. De alguma forma, os públicos se mostraram mais burocráticos que os particulares, havendo a necessidade de agendamento e de assinatura de termos de uso, etc. Trata-se de organização das instituições, tendo em vista que são acervos que tem mais acessos diários e cujo material é disponibilizado publicamente a quem se interessar em pesquisar. Já o acesso aos particulares foi por consequência das entrevistas, então, dependeu da disponibilidade de seus proprietários. As entrevistas, por fim, tornaram-se fontes orais e suas transcrições compuseram uma coleção privada e sem acesso público, devido a não autorização para publicização.

Conforme indicou Gonçalves (2007, p. 49) “Uma coleção é sempre parcial. Trata-se, portanto, de um conhecimento sempre situado, produzido a partir de um sujeito situado numa posição relativa. Um sujeito limitado a produzir, portanto, ‘verdades parciais’”. Cada acervo pesquisado indicou suas verdades parciais para a construção desta História sobre a ponte Hercílio Luz. É sabido que outros acervos e outras perspectivas históricas construirão outras narrativas – como já foram construídas – sobre esse ícone. Esta escrita dependerá do acesso aos acervos, os quais podem ser mais ou menos democráticos, e do trabalho historiográfico, de acordo com os objetivos prévios.

REFERÊNCIAS

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2002.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade coletiva**. São Paulo: Editora Contexto. 2014.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1990.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: IPHAN, Garamond, 2007.

MAFESOLI, Michel. O imaginário é uma realidade. (entrevista). **Revista FAMECOS**. Porto Alegre, nº 15, agosto 2001. Disponível em <<http://200.144.189.42/ojs/index.php/famecos/article/view/285/217>>

MARTINS, Ana Luiza. Uma construção permanente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto. 2009. p. 281-308.

PERALTA, Elsa. O mar por tradição: o patrimônio e a construção das imagens do turismo. **Horizontes antropológicos** [online], v.9, n.20, p. 83-96, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v9n20/v9n20a04.pdf> > Acesso em 15 jan. 2016.

PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Ed. Contexto, 2009.

POMIAN, Krzyszot. Coleção. In: **Enciclopedia Einaudi**. Porto: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984. v.1, p.51-86.

RIOS, Hellen Martins. “**Preserve**” ou “**deixe ruir**”? Processos de patrimonialização da ponte Hercílio Luz (Florianópolis – SC). Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Cultural. Universidade Federal de Santa Catarina. 2016.